

Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

31 de dezembro de 2013
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da
CIEN - Companhia de Interconexão Energética
Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CIEN - Companhia de Interconexão Energética (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da CIEN - Companhia de Interconexão Energética em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	5.465	3.674	6.137	3.740
Títulos e valores mobiliários	5	2.001	3.281	3.748	4.497
Contas a receber de revendedores	6	35.637	33.868	35.637	33.868
Tributos a compensar	7	15.141	11.504	15.157	11.514
Outros créditos		2.645	1.965	2.667	1.994
Total do ativo circulante		60.889	54.292	63.346	55.613
Não circulante					
Contas a receber de revendedores	6	2.271	860	119.826	121.100
Empréstimos	14	206.403	175.537	-	-
Tributos a compensar	7	21.344	22.106	28.025	29.419
Depósitos vinculados a litígios		7.092	6.716	7.092	6.716
Tributos diferidos	8	147.935	179.646	166.888	192.140
Outros créditos		-	-	695	394
Investimentos	9	-	3.398	-	-
Imobilizado	10	654.964	676.869	678.212	707.205
Intangível		7.848	7.624	8.258	8.164
Total do ativo não circulante		1.047.857	1.072.756	1.008.996	1.065.138
Total dos ativos		1.108.746	1.127.048	1.072.342	1.120.751

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivos					
Circulante					
Fornecedores	11	27.374	13.183	28.051	13.865
Empréstimos	14	295.400	348.967	295.400	348.967
Obrigações trabalhistas		3.837	3.224	3.837	3.224
Obrigações fiscais	12	5.824	6.902	7.208	8.112
Parcelamentos de tributos	13	214	19.589	214	19.589
Dividendos	17	22.985	10.349	22.985	10.349
Programa de pesquisa e desenvolvimento		2.976	1.841	2.976	1.841
Outras obrigações	16	13.088	16.568	16.371	17.967
Total do passivo circulante		371.698	420.623	377.042	423.914
Não circulante					
Fornecedores	11	125.492	123.987	121.005	121.477
Empréstimos	14	-	-	19.998	11.788
Parcelamentos de tributos	13	-	1.359	-	1.359
Tributos diferidos	8	-	11.856	-	11.856
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	21.592	20.940	21.592	20.940
Provisão para perda em investimentos	9	57.259	18.866	-	-
Total do passivo não circulante		204.343	177.008	162.595	167.420
Patrimônio líquido					
Capital social	17	285.045	285.045	285.045	285.045
Reservas de lucros		245.539	244.075	245.539	244.075
Outros resultados abrangentes		2.121	297	2.121	297
Total do patrimônio líquido		532.705	529.417	532.705	529.417
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.108.746	1.127.048	1.072.342	1.120.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	18	241.167	244.882	256.961	263.142
Custo do serviço	19	(89.713)	(91.455)	(94.208)	(97.474)
Lucro bruto	18	151.454	153.427	162.753	165.668
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(16.629)	(15.235)	(18.450)	(16.944)
Reversão (provisão) para riscos fiscais e trabalhistas	19	(262)	119	(262)	119
Depreciação e amortização	19	(78)	(100)	(78)	(100)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(47.333)	(13.811)	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		(64.302)	(29.027)	(18.790)	(16.925)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		87.152	124.400	143.963	148.743
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	11.500	10.818	2.886	2.954
Despesas financeiras	20	(31.714)	(42.044)	(32.344)	(42.553)
Variações cambiais líquidas	20	44.000	22.307	(11.767)	(33)
		23.786	(8.919)	(41.225)	(39.632)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		110.938	115.481	102.738	109.111
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21	(37.878)	(36.785)	(37.824)	(36.838)
Diferidos	21	(19.855)	(10.090)	(11.709)	(3.667)
		(57.733)	(46.875)	(49.533)	(40.505)
Lucro líquido do exercício		53.205	68.606	53.205	68.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício		53.205	68.606	53.205	68.606
Outros resultados abrangentes					
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	9	1.824	80	1.824	80
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		55.029	68.686	55.029	68.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		285.045	31.785	143.684	217	-	460.731
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	9	-	-	-	80	-	80
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	68.606	68.606
Reserva legal	17	-	3.430	-	-	(3.430)	-
Reforço de capital de giro	17	-	-	65.176	-	(65.176)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		285.045	35.215	208.860	297	-	529.417
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	9	-	-	-	1.824	-	1.824
Deliberação de dividendos	17	-	-	(39.105)	-	-	(39.105)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.205	53.205
Reserva legal	17	-	2.660	-	-	(2.660)	-
Dividendo mínimo obrigatório	17	-	-	-	-	(12.636)	(12.636)
Reforço de capital de giro	17	-	-	37.909	-	(37.909)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		285.045	37.875	207.664	2.121	-	532.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	53.205	68.606	53.205	68.606
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	52.383	52.085	55.435	55.611
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	981	2.611	981	2.611
Tributos e contribuições social diferidos	19.855	10.090	11.709	3.667
Juros e variações monetárias	(7.008)	17.491	30.672	40.813
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.501	2.393	2.501	2.393
Resultado de equivalência patrimonial	47.333	13.811	-	-
	169.250	167.087	154.503	173.701
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	(3.180)	(1.795)	(495)	(10.761)
Impostos a recuperar	(2.875)	3.621	(2.249)	3.861
Depósitos vinculados a litígios	(114)	(150)	(114)	(150)
Outros ativos	(680)	(780)	4.882	1.657
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	15.696	15.699	13.714	11.974
Tributos e contribuições sociais	(1.078)	(59.048)	(904)	(60.803)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(329)	(19.348)	(329)	(19.348)
Outras passivos	(4.407)	7.825	(2.523)	7.641
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	172.283	113.111	166.485	107.772
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(30.702)	(6.824)	(30.705)	(6.865)
Títulos e valores mobiliários	1.280	(2.499)	749	(1.482)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(29.422)	(9.323)	(29.956)	(8.347)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Parcelamento tributos	(21.764)	(20.243)	(21.764)	(20.243)
Dividendos pagos	(39.105)	(16.413)	(39.105)	(16.413)
Captação (liberação) de mútuos	88.547	273.718	94.749	277.543
Pagamento (recebimento) de juros e mútuos	(165.030)	(124.515)	(169.836)	(124.515)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(200.000)	-	(200.000)
Pagamento de juros - empréstimos e financiamentos	-	(15.606)	-	(15.606)
Aumento de capital de investimento no exterior	(3.718)	-	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(141.070)	(103.059)	(135.956)	(99.234)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	1.824	80
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.791	729	2.397	271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.674	2.945	3.740	3.469
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.465	3.674	6.137	3.740
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.791	729	2.397	271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais

A CIEN - Companhia de Interconexão Energética (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a Companhia promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL.

A equiparação comercial e técnica da Companhia a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 9 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013, a ANEEL homologou RAP no montante de R\$296.376, para o período 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$8.718. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Companhia será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2014.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é assim resumida:

	<u>Percentual de participação (%)</u>	<u>Direta</u>
Controladas		
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A. (*)	99,99	99,99
TESA - Transportadora de Energia S.A. (*)	99,999	99,999

(*) Investidas no exterior

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a CTM - Companhia de Transmissão Del Mercosur S.A. e TESA - Transportadora de Energia S.A., localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - transmissão de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.5. Conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da CIEN determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

As Demonstrações Contábeis das controladas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 - ARS 1,00 - R\$0,3592, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2012 - ARS 1,00 - R\$0,4156), e as contas de resultado, pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, emitido anualmente e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.7.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

(a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.7.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.1. Ativo financeiro--Continuação

2.7.1.2. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos créditos de disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, contabilizadas pelo regime de competência. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

2.7.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não possuem nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.7.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.8. Investimentos

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e/ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do tempo de vida útil estimado dos bens, definidas pela ANEEL, os juros e demais encargos financeiros, relativamente aos financiamentos obtidos com terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão incorporados ao custo.

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de não realização dos ativos, e quando aplicável, elabora o teste de realização nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01") que poderá resultar na necessidade de constituição de provisão para perda dos bens.

2.10. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativo intangível--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Impostos

2.13.1. Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.2. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.2. Impostos diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.15. Participações nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (“CPC 18”)

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (“CPC 45”)

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (“CPC 36”)

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46")

O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33")

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

2.19. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

- Modificação à IAS 32 – CPC 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 – CPC 36, CPC 45, CPC 32 – Entidades de Investimentos

Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10. Essa exceção requer que as Companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- Modificação à IAS 39 – CPC 38 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge

As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas,.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e contas correntes bancárias	157	340	829	406
Aplicações financeiras	5.308	3.334	5.308	3.334
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.465</u>	<u>3.674</u>	<u>6.137</u>	<u>3.740</u>

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	2.702	3.301	2.702	3.301
Operações compromissadas	2.606	33	2.606	33
Total de fundos exclusivos	5.308	3.334	5.308	3.334
Total de aplicações financeiras	<u>5.308</u>	<u>3.334</u>	<u>5.308</u>	<u>3.334</u>

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos				
Bônus da república argentina	-	-	1.747	1.216
Total de fundos de investimento	-	-	1.747	1.216
Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos públicos	581	201	581	201
Fundos de investimentos	1.270	2.782	1.270	2.782
Outros	150	298	150	298
Total de fundos exclusivos	2.001	3.281	2.001	3.281
Total de títulos e valores mobiliários	2.001	3.281	3.748	4.497

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de revendedores

	Controladora					
	A vencer e		Vencidos a mais de 90 dias		Total	
	vencidos ate 90 dias		Vencidos a mais de 90 dias			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.443	1.163	128.297	128.297	129.740	129.460
Tractebel Energia S.A.	872	682	70.772	70.772	71.644	71.454
CHESF	2.768	2.515	-	-	2.768	2.515
ELETRONORTE	2.064	1.825	-	-	2.064	1.825
CEMIG	2.025	2.401	-	-	2.025	2.401
COPEL	1.535	1.813	-	-	1.535	1.813
ELETROPAULO	1.527	2.327	-	-	1.527	2.327
CESP	1.289	971	-	-	1.289	971
CPFL	938	1.479	-	-	938	1.479
CBA	217	-	720	-	937	-
SAESA	905	-	-	-	905	-
LIGHT	757	1.155	-	-	757	1.155
UTE	592	-	-	-	592	-
CELESC	581	897	-	-	581	897
BANDEIRANTE	476	740	-	-	476	740
EPASA	39	30	427	427	466	457
ELEKTRO	441	356	-	-	441	356
CEEE	407	449	-	-	407	449
CELPA	159	-	237	-	396	-
COELBA	344	573	-	-	344	573
CELG	301	374	-	-	301	374
Contas a receber de partes relacionadas (a)	2.903	860	-	-	2.903	860
Outros	10.446	9.674	810	1.332	11.256	11.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(196.384)	(196.384)	(196.384)	(196.384)
Total	33.029	30.284	4.879	4.444	37.908	34.728
Circulante	30.758	29.424	4.879	4.444	35.637	33.868
Não circulante	2.271	860	-	-	2.271	860

	Consolidado					
	A vencer e		Vencidos a mais de 90 dias		Total	
	vencidos ate 90 dias		Vencidos a mais de 90 dias			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.443	1.163	128.297	128.297	129.740	129.460
Tractebel Energia S.A.	872	682	70.772	70.772	71.644	71.454
CHESF	2.768	2.515	-	-	2.768	2.515
ELETRONORTE	2.064	1.825	-	-	2.064	1.825
CEMIG	2.025	2.401	-	-	2.025	2.401
COPEL	1.535	1.813	-	-	1.535	1.813
ELETROPAULO	1.527	2.327	-	-	1.527	2.327
CESP	1.289	971	-	-	1.289	971
CPFL	938	1.479	-	-	938	1.479
CBA	217	-	720	-	937	-
SAESA	905	-	-	-	905	-
LIGHT	757	1.155	-	-	757	1.155
UTE	592	-	-	-	592	-
CELESC	581	897	-	-	581	897
BANDEIRANTE	476	740	-	-	476	740
EPASA	39	30	427	427	466	457
ELEKTRO	441	356	-	-	441	356
CEEE	407	449	-	-	407	449
CELPA	159	-	237	-	396	-
COELBA	344	573	-	-	344	573
CELG	301	374	-	-	301	374
Contas a receber de partes relacionadas (a)	632	860	119.826	120.240	120.458	121.100
Outros	10.446	9.674	810	1.332	11.256	11.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(196.384)	(196.384)	(196.384)	(196.384)
Total	30.758	30.284	124.705	124.684	155.463	154.968
Circulante	30.758	29.424	4.879	4.444	35.637	33.868
Não circulante	-	860	119.826	120.240	119.826	121.100

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de revendedores--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.740 e R\$71.644 (R\$129.460 e R\$71.454 em 2012) correspondentes ao faturamento de encargos de potencia e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$5.000, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da Companhia quando equiparada a uma transmissora.

Os saldos de contas a receber classificados como outros estão relacionados aos recebimentos devidos à Companhia oriundos da utilização da rede de transmissão de energia de sua propriedade por demais agentes do setor elétrico. Por se tratarem de saldos extremamente pulverizados, não foi efetuada a abertura analítica do grupo.

Não houve movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

a) Contas a receber com partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 14.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Tributos a compensar

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS	5.084	3.395	21.344	22.106
Imposto de renda e contribuição social	10.057	8.109	-	-
Total	15.141	11.504	21.344	22.106

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS	5.100	3.405	21.344	22.106
Créditos de IVA	-	-	6.276	6.850
Imposto de renda e contribuição social	10.057	8.109	405	463
Total	15.157	11.514	28.025	29.419

Em anos anteriores, a Companhia efetuou pagamentos de PIS e COFINS além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a Administração entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos.

Os créditos de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) se originaram da construção do sistema de transmissão das controladas CTM e TESA, localizadas na Argentina. Tais créditos são recuperados à medida em que as Companhias transmitem energia para o Brasil, através do mecanismo de pedido de restituição às autoridades fazendárias da Argentina.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Tributos diferidos

	Controladora					
	Imposto de renda		Ativo diferido		Total	
	Contribuição social					
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.096	49.096	17.675	17.675	66.771	66.771
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.435	5.272	1.957	1.898	7.392	7.170
Outros	29.669	29.698	10.681	10.690	40.350	40.388
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	42.895	48.027	15.442	17.290	58.337	65.317
Total	127.095	132.093	45.755	47.553	172.850	179.646
	Imposto de renda		Passivo diferido		Total	
	Contribuição social					
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento passivo regulatório	-	(1.403)	-	(505)	-	(1.908)
Variações cambiais não realizadas	(18.320)	(7.315)	(6.595)	(2.633)	(24.915)	(9.948)
Total	(18.320)	(8.718)	(6.595)	(3.138)	(24.915)	(11.856)
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributos diferidos						
Ativos (passivos) diferidos	108.775	123.375	39.160	44.415	147.935	167.790
	Imposto de renda		Ativo diferido		Total	
	Contribuição social					
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.096	49.096	17.675	17.675	66.771	66.771
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.435	5.272	1.957	1.898	7.392	7.170
Outros	43.605	38.884	15.698	13.998	59.303	52.882
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	42.895	48.027	15.442	17.290	58.337	65.317
Total	141.031	141.279	50.772	50.861	191.803	192.140
	Imposto de renda		Passivo diferido		Total	
	Contribuição social					
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento passivo regulatório	-	(1.403)	-	(505)	-	(1.908)
Variações cambiais não realizadas	(18.320)	(7.315)	(6.595)	(2.633)	(24.915)	(9.948)
Total	(18.320)	(8.718)	(6.595)	(3.138)	(24.915)	(11.856)
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributos diferidos						
Ativos (passivos) diferidos	122.711	132.561	44.177	47.723	166.888	180.284

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Tributos diferidos--Continuação

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos encontra-se disposta abaixo:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	181.474	(3.594)	177.880
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	(1.828)	(8.262)	(10.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	179.646	(11.856)	167.790
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	(6.796)	(13.059)	(19.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	172.850	(24.915)	147.935

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	187.873	(3.594)	184.279
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	4.595	(8.262)	(3.667)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(328)	-	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	192.140	(11.856)	180.284
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	1.350	(13.059)	(11.709)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(1.687)	-	(1.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	191.803	(24.915)	166.888

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos, no prazo máximo estipulado que correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	46.453
2014	9.470	44.555
2015	40.120	23.322
2016	6.064	47.448
2017	3.541	17.868
2018 a 2020	10.506	-
2021 a 2023	103.149	-
Total	172.850	179.646

Ano de realização	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	46.453
2014	9.470	44.555
2015	40.120	23.322
2016	6.064	47.448
2017	3.541	30.362
2018 a 2020	10.506	-
2021 a 2023	122.102	-
Total	191.803	192.140

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Investimentos

	Quantidade de ações	31/12/2013						
		Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Resultado do exercício	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Investimento
TESA Transportadora de Energia S.A.	99.999	36	(40.860)	99,999%	(28.012)	2.300	(28.012)	(40.860)
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	14.175.999	6.593	(16.401)	99,99%	(19.321)	(476)	(19.321)	(16.399)
Total		6.629	(57.261)		(47.333)	1.824	(47.333)	(57.259)

	Quantidade de ações	31/12/2012						
		Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Resultado do exercício	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Investimento
TESA Transportadora de Energia S.A.	40.734.191	26.998	(18.866)	99,999%	(8.979)	482	(8.979)	(18.866)
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	14.175.999	6.593	3.398	99,99%	(4.832)	(402)	(4.832)	3.398
Total		33.591	(15.468)		(13.811)	80	(13.811)	(15.468)

A movimentação dos investimentos está disposta no quadro abaixo:

	31/12/2013			31/12/2012		
	TESA	CTM	TOTAL	TESA	CTM	TOTAL
Saldo inicial	(18.866)	3.398	(15.468)	(10.369)	8.632	(1.737)
Aumento de capital	3.718	-	3.718	-	-	-
Variação cambial	2.300	(476)	1.824	482	(402)	80
Equivalência patrimonial	(28.012)	(19.321)	(47.333)	(8.979)	(4.832)	(13.811)
Saldo final	(40.860)	(16.399)	(57.259)	(18.866)	3.398	(15.468)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Imobilizado--Continuação

Descrição	Vida útil (anos)	Controladora					
		Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transmissão							
Terrenos		1.076	1.076	-	-	1.076	1.076
Edificações	30	81.187	81.187	(45.414)	(42.705)	35.773	38.482
Máquinas e equipamentos	27	1.149.102	1.149.102	(598.353)	(548.933)	550.749	600.169
Veículos	7	1.767	1.767	(1.276)	(1.165)	491	602
Móveis e utensílios	16	540	540	(181)	(155)	359	385
		1.233.672	1.233.672	(645.224)	(592.958)	588.448	640.714
Administração							
Máquinas e equipamentos	7	217	217	(174)	(142)	43	75
Veículos	7	124	124	(124)	(124)	-	-
		341	341	(298)	(266)	43	75
Total do imobilizado em serviço		1.234.013	1.234.013	(645.522)	(593.224)	588.491	640.789
Em curso:							
Transmissão		65.794	35.640	-	-	65.794	35.640
Administração		679	440	-	-	679	440
Total do imobilizado em curso		66.473	36.080	-	-	66.473	36.080
		1.300.486	1.270.093	(645.522)	(593.224)	654.964	676.869

Descrição	Vida útil (anos)	Consolidado					
		Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transmissão							
Terrenos		1.076	1.076	-	-	1.076	1.076
Edificações	30	84.651	85.192	(47.435)	(44.841)	37.216	40.351
Máquinas e equipamentos	27	1.204.945	1.213.658	(632.439)	(585.098)	572.506	628.560
Veículos	7	1.927	1.951	(1.390)	(1.272)	537	679
Móveis e utensílios	16	557	557	(196)	(173)	361	384
		1.293.156	1.302.434	(681.460)	(631.384)	611.696	671.050
Administração							
Máquinas e equipamentos	7	217	217	(174)	(142)	43	75
Veículos	7	124	124	(124)	(124)	-	-
		341	341	(298)	(266)	43	75
Total do imobilizado em serviço		1.293.497	1.302.775	(681.758)	(631.650)	611.739	671.125
Em curso:							
Transmissão		65.794	35.640	-	-	65.794	35.640
Administração		679	440	-	-	679	440
Total do imobilizado em curso		66.473	36.080	-	-	66.473	36.080
		1.359.970	1.338.855	(681.758)	(631.650)	678.212	707.205

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Imobilizado--Continuação

A movimentação do imobilizado no exercício está disposta no quadro abaixo:

	Controladora				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.242.801	(544.572)	698.229	30.664	728.893
Adições	-	(50.147)	(50.147)	6.801	(43.346)
Baixas	(10.173)	1.495	(8.678)	-	(8.678)
Transferências	1.385	-	1.385	(1.385)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.234.013</u>	<u>(593.224)</u>	<u>640.789</u>	<u>36.080</u>	<u>676.869</u>
Adições	-	(52.298)	(52.298)	30.393	(21.905)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.234.013</u>	<u>(645.522)</u>	<u>588.491</u>	<u>66.473</u>	<u>654.964</u>
	Consolidado				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.314.881	(581.249)	733.632	30.664	764.296
Adições	41	(53.606)	(53.565)	6.801	(46.764)
Baixas	(10.173)	1.495	(8.678)	-	(8.678)
Transferências	1.385	-	1.385	(1.385)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	(3.359)	1.710	(1.649)	-	(1.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.302.775</u>	<u>(631.650)</u>	<u>671.125</u>	<u>36.080</u>	<u>707.205</u>
Adições	3	(55.293)	(55.290)	30.393	(24.897)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	(9.281)	5.185	(4.096)	-	(4.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.293.497</u>	<u>(681.758)</u>	<u>611.739</u>	<u>66.473</u>	<u>678.212</u>

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Imobilizado--Continuação

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa N° 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Transmissão	
Banco de capacitores	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Conversor de frequência	6,67%
Estrutura (poste, torre)	2,70%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Reator (Resistor)	2,78%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Fornecedores

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CYMI do Brasil	11.477	4.580	11.477	4.580
Nexans Brasil	2.610	-	2.610	-
Brametal - Brandão Metalúrgica	2.096	-	2.096	-
ABB Ltda.	1.977	256	1.977	256
Alstom Grid Energia	1.165	-	1.165	-
ABB	797	-	797	-
Furuwaka Industrial	499	-	499	-
MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A	2.440	1.036	2.440	1.036
Cotesa Engenharia Ltda.	318	-	318	-
Abdo, Ellery e assoc.	209	387	209	387
Munters Brasil	-	129	-	129
IBM Brasil	35	152	35	152
Indra Brasil	23	211	23	211
Schneider Eletric	-	105	-	105
Partes relacionadas (a)	125.540	123.987	121.053	121.477
Materiais e serviços	2.993	1.516	2.993	1.516
Outros	687	4.811	1.364	5.493
Total	152.866	137.170	149.056	135.342
Circulante	27.374	13.183	28.051	13.865
Não circulante	125.492	123.987	121.005	121.477

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 14.

12. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social	2.590	1.965	2.590	1.617
IRRF/CSRF (retido na fonte)	671	681	671	681
PIS	344	487	344	487
COFINS	1.579	2.240	1.579	2.240
ICMS	82	1.166	82	1.166
Outros	558	363	1.942	1.921
Total	5.824	6.902	7.208	8.112

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Parcelamentos de tributos

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
ICMS (a)	-	16.085
Auto de infração IRPJ/CSLL (b)	214	4.863
Total	214	20.948
Circulante	214	19.589
Não Circulante	-	1.359

A movimentação dos parcelamentos de tributos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se disposta abaixo:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Auto infração IRPJ/CSLL	ICMS	Total	Auto infração IRPJ/CSLL	ICMS	Total
Saldo inicial	4.863	16.085	20.948	8.422	30.191	38.613
(+) Adições						
(-) Pagamentos	(4.750)	(17.014)	(21.764)	(4.157)	(16.086)	(20.243)
(+) Atualização	101	929	1.030	598	1.980	2.578
Saldo Final	214	-	214	4.863	16.085	20.948
Circulante	214	-	214	3.504	16.085	19.589
Não circulante	-	-	-	1.359	-	1.359
Total do passivo	214	-	214	4.863	16.085	20.948

a) REFERJ - Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro

Refere-se ao ICMS incidente sobre as importações de equipamentos do sistema de interconexão efetuadas no Estado do Rio de Janeiro, o qual foi liquidado em sua totalidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

b) IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrido pela SELIC. A Companhia aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Partes relacionadas

Controladora						
31/12/2013						
Natureza das operações	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante*	Não circulante	Circulante	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Mútuo	-	89.236	-	-	15.175
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Mútuo	-	117.167	-	-	19.789
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	-	295.400	-	(27.015)
		-	206.403	295.400	-	7.949
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Linha de interconexão	-	-	-	2.271	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Linha de interconexão*	-	2.271	-	-	-
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Substituição Tributária	-	-	-	903	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Substituição Tributária	-	-	-	1.313	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	Transporte de energia	-	-	-	87.738	12.999
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	-	-	33.267	4.954
Enel Energy	Prestação de serviço*	-	-	48	-	(27)
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia	152	-	-	-	1.359
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia	298	-	-	-	2.779
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia	65	-	-	-	656
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia	117	-	-	-	1.170
		632	2.271	48	125.492	5.937
Total		632	208.674	295.448	125.492	25.902

Consolidado						
31/12/2013						
Natureza das operações	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante*	Circulante*	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	-	295.400	19.998	(29.730)
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	Transporte de energia	-	86.541	-	87.738	11.676
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	33.285	-	33.267	4.118
Enel Energy	Prestação de serviço*	-	-	48	-	(27)
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia	152	-	-	-	1.359
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia	298	-	-	-	2.779
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia	65	-	-	-	656
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia	117	-	-	-	1.170
		632	119.826	48	121.005	21.731
Total		632	119.826	295.448	141.003	(11.777)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Partes relacionadas--Continuação

		Controladora					
		31/12/2012					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Não		Não		Receitas	Receitas
		circulante	Circulante	circulante*		(despesas)	(despesas)
Natureza das operações						operacionais	financeiras
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Mútuo	74.061	-	-	-	-	9.558
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Mútuo	101.476	-	-	-	-	12.499
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	348.967	-	-	-	(21.421)
		<u>175.537</u>	<u>348.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>636</u>
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Substituição Tributária	-	-	1.067	-	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Substituição Tributária	-	-	1.443	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	Transporte de energia	-	-	87.757	-	-	3.676
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	-	33.720	-	-	1.424
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia*	297	-	-	-	2.597	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia*	417	-	-	-	3.977	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia*	53	-	-	-	484	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia*	93	-	-	-	841	-
		<u>860</u>	<u>-</u>	<u>123.987</u>	<u>-</u>	<u>7.899</u>	<u>5.100</u>
Total		<u>176.397</u>	<u>348.967</u>	<u>123.987</u>	<u>-</u>	<u>7.899</u>	<u>5.736</u>

		Consolidado					
		31/12/2012					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Não		Não		Receitas	Receitas
		circulante	Circulante	circulante		(despesas)	(despesas)
Natureza das operações						operacionais	financeiras
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	348.967	11.788	-	-	(23.161)
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	Transporte de energia*	86.539	-	87.757	-	13.500	3.676
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia*	33.701	-	33.720	-	4.760	1.424
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia*	297	-	-	-	2.597	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia*	417	-	-	-	3.977	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia*	53	-	-	-	484	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia*	93	-	-	-	841	-
		<u>121.100</u>	<u>-</u>	<u>121.477</u>	<u>-</u>	<u>26.159</u>	<u>5.100</u>
Total		<u>121.100</u>	<u>348.967</u>	<u>133.265</u>	<u>-</u>	<u>26.159</u>	<u>(18.061)</u>

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 6 e 11)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

Mútuos com partes relacionadas

- ▶ Os mútuos com a TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,03% a.a.;
- ▶ Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,02% a.a..

Apresentamos a seguir a movimentação dos mútuos registrados no ativo circulante da controladora CIEN com suas controladas CTM e TESA:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	153.480
Captação	-
Encargos	7.936
Variação cambial	14.121
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>175.537</u>
Captação	707
Encargos	8.698
Variação cambial	26.267
Amortização	(3.718)
Pagamento de encargos	(1.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>206.403</u>

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Partes relacionadas--Continuação

Mútuos com partes relacionadas--Continuação

- ▶ Segue abaixo a composição dos mútuos registrados no passivo circulante e não circulante com partes relacionadas:

		Controladora					
		31/12/2013					
		Circulante			Não circulante		
Moeda	Taxas	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Endesa Brasil S.A.	R\$	CDI+0,67% a.a	234	295.166	295.400	-	-
Total			234	295.166	295.400	-	-

		Controladora					
		31/12/2012					
		Circulante			Não circulante		
Moeda	Taxas	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Endesa Brasil S.A.	R\$	CDI+0,67% a.a	102	348.865	348.967	-	-
Total			102	348.865	348.967	-	-

		Consolidado					
		31/12/2013					
		Circulante			Não circulante		
Moeda	Taxas	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Endesa Brasil S.A.	R\$	CDI+0,67% a.a 3% a 5% a.a.	234	295.166	295.400	-	-
Endesa Brasil S.A.	R\$	Libor+3% a.a.	-	-	-	1.257	18.741
Total			234	295.166	295.400	1.257	18.741

		Consolidado					
		31/12/2012					
		Circulante			Não circulante		
Moeda	Taxas	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Endesa Brasil S.A.	R\$	CDI+0,67% a.a 3% a 5% a.a.	102	348.865	348.967	-	-
Endesa Brasil S.A.	US\$	Libor+3% a.a.	-	-	-	549	11.239
Total			102	348.865	348.967	549	11.239

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Partes relacionadas--Continuação

Mútuos com partes relacionadas--Continuação

Apresentamos a seguir a movimentação dos mútuos registrados no passivo circulante e não circulante com suas partes relacionadas:

	Controladora		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	177.993	-	177.993
Captação	273.718	-	273.718
Encargos	21.494	-	21.494
Variação cambial	277	-	277
Amortizações	(102.936)	-	(102.936)
Pagamento de juros	(21.579)	-	(21.579)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	348.967	-	348.967
Captação	89.254	-	89.254
Encargos	27.015	-	27.015
Amortizações	(142.951)	-	(142.951)
Pagamento de juros	(26.885)	-	(26.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	295.400	-	295.400

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	177.993	6.698	184.691
Captação	273.718	3.825	277.543
Encargos	21.494	392	21.886
Variação cambial	277	873	1.150
Amortizações	(102.936)	-	(102.936)
Pagamento de juros	(21.579)	-	(21.579)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	348.967	11.788	360.755
Captação	89.254	5.495	94.749
Encargos	27.015	573	27.588
Variação cambial	-	2.142	2.142
Amortizações	(142.951)	-	(142.951)
Pagamento de juros	(26.885)	-	(26.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	295.400	19.998	315.398

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.101 (R\$2.269 em 2012).

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora e consolidado				
	31/12/2011	31/12/2012			
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhista	5.707	5	295	(103)	5.904
Cíveis	7.302	(124)	2.192	(26)	9.344
Fiscais	24.668	-	243	(19.219)	5.692
Total	37.677	(119)	2.730	(19.348)	20.940

	Controladora e consolidado				
	31/12/2012	31/12/2013			
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhista	5.904	(13)	268	(45)	6.114
Cíveis	9.344	275	692	(284)	10.027
Fiscais	5.692	-	(241)	-	5.451
Total	20.940	262	719	(329)	21.592

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)--Continuação

Contingências com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

a) Riscos cíveis

a.1) Tractebel

A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do “Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina” firmado em 20 de outubro de 1999, entre CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$117, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potencia firme e energia associada”, cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)--Continuação

Contingências com risco possível--Continuação

a.2) Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do “Contrato de Potencia Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$520 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação.

b) Riscos fiscais

b.1) PIS/COFINS

A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de compensação realizados pela Companhia, nos valores atualizados de R\$1.008 e R\$3.932.

Na primeira execução, a Companhia apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância.

Na segunda execução, a Companhia apresentou defesa (embargos à execução). Em sentença de primeira instância judicial publicada em 14 de dezembro de 2012 foi reconhecida a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa (“CDA”) envolvidas na execução fiscal, o que reduziu o valor de R\$5.941 para R\$3.790. A Companhia apresentará recurso à segunda instância judicial em relação às CDAs remanescentes.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

b.2) IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A Companhia aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a CIEN apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$8.527.

b.3) ICMS - Diferencial de alíquota

Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal no valor de R\$15.734, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Companhia, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Companhia, na qual os embargos foram julgados improcedentes. A CIEN apresentou recurso de apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a Fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento.

A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o direito da Companhia ao não recolhimento do diferencial de alíquotas de ICMS incidente nas operações de aquisição de equipamentos destinados ao ativo fixo da CIEN. O valor atualizado envolvido, R\$1.456, este processo encontra-se depositado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

b.3) ICMS - Diferencial de alíquota--Continuação

Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) a discussão atualmente limita-se ao levantamento do depósito efetuado relativos aos anos de 2001 e 2002.

Em 06 de junho de 2011, a Companhia apresentou pedido de levantamento do depósito judicial que aguarda julgamento.

b.4) ICMS - Venda interestadual de energia

Em março de 2011 a CIEN recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará para cobrar o ICMS incidente sobre as vendas interestaduais de energia a consumidores industriais. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa e foi reconhecida a ilegitimidade passiva da Cien, julgando o auto de infração nulo. Por este motivo, não há mais contingência a reportar neste caso.

16. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Reserva global de reversão	9.801	10.745	9.801	10.745
Taxas regulamentares - ANEEL	1.666	1.690	1.666	1.690
Outros	1.621	4.133	4.904	5.532
Total	13.088	16.568	16.371	17.967

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	Ordinárias	
	Quantidade	%
Endesa Brasil S.A.	285.044.680	99,98
Outros	2	0,02
Total	285.044.682	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2013	
	Dividendos totais	R\$ por mil ações
Lucro líquido do exercício	53.205	186,65
(-) Reserval legal	(2.660)	-
Lucro ajustado	50.545	177,32
Dividendo mínimo obrigatório	12.636	44,33
Reforço de capital de giro	37.909	132,99

e) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

Em conformidade CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$1.824 (R\$80 em 2012) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

Em 31 de dezembro de 2013, a controladora CIEN possui registrado na rubrica de outros resultados abrangentes o valor de R\$2.121 (R\$297 em 2012).

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de vendas				
Disponibilização da rede de transmissão	270.485	264.404	270.485	264.404
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	5.964	7.899	21.758	26.159
Outras receitas	1.117	-	1.117	-
Total da receita bruta de vendas	277.566	272.303	293.360	290.563
Deduções da receita bruta				
Quota para reserva global de reversão	(8.662)	(7.941)	(8.662)	(7.941)
PIS	(4.502)	(4.505)	(4.502)	(4.505)
COFINS	(20.734)	(12.582)	(20.734)	(12.582)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.501)	(2.393)	(2.501)	(2.393)
Total de deduções de receita	(36.399)	(27.421)	(36.399)	(27.421)
Receita líquida	241.167	244.882	256.961	263.142

19. Custo e despesas operacionais

	Controladora			
	Custo de operação	Despesas gerais/ adm e operacionais	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(7.177)	(7.426)	(14.603)	(13.639)
Administradores	(926)	(1.348)	(2.274)	(2.269)
Material	(469)	(13)	(482)	(320)
Transp. potência	(17.265)	-	(17.265)	(18.798)
Energia para revenda	1.348	-	1.348	-
Serviços de terceiros	(12.919)	(2.897)	(15.816)	(13.554)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(262)	(262)	119
Depreciação/amortização	(52.305)	(78)	(52.383)	(52.085)
Equivalência patrimonial	-	(47.333)	(47.333)	(13.811)
Outras	-	(4.945)	(4.945)	(6.125)
Total	(89.713)	(64.302)	(154.015)	(120.482)
	Consolidado			
	Custo de operação	Despesas gerais/ adm e operacionais	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(7.177)	(8.789)	(15.966)	(14.884)
Administradores	(926)	(1.348)	(2.274)	(2.269)
Material	(469)	(13)	(482)	(320)
Transp. potência	(17.265)	-	(17.265)	(18.798)
Energia para revenda	1.348	-	1.348	-
Serviços de terceiros	(14.362)	(3.355)	(17.717)	(16.512)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(262)	(262)	119
Depreciação/amortização	(55.357)	(78)	(55.435)	(55.611)
Outras	-	(4.945)	(4.945)	(6.124)
Total	(94.208)	(18.790)	(112.998)	(114.399)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Encargos sobre mútuos	8.698	7.936	-	-
Renda de aplicação financeira	1.127	536	1.211	608
Outras receitas financeiras	1.675	2.346	1.675	2.346
Total das receitas financeiras	11.500	10.818	2.886	2.954
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(27.015)	(36.909)	(27.588)	(37.301)
Atualização sobre riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(719)	(2.730)	(719)	(2.730)
Outras despesas financeiras	(3.980)	(2.405)	(4.037)	(2.522)
Total das despesas financeiras	(31.714)	(42.044)	(32.344)	(42.553)
Variações cambiais				
Variação cambial ativa	78.750	47.050	87.940	55.254
Variação cambial passiva	(34.750)	(24.743)	(99.707)	(55.287)
Total das variações cambiais	44.000	22.307	(11.767)	(33)
Resultado financeiro	23.786	(8.919)	(41.225)	(39.632)

21. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31/12/2013	%	31/12/2012	%	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Lucro antes do IRPJ e CSSL	110.938	100%	115.481	100%	102.738	100%	109.111	100%
Alíquota nominal	37.719	34%	39.264	34%	34.931	34%	37.098	34%
Adições permanentes								
Perdas em investimento custo	13.748	36,45%	4.696	11,96%	13.748	39,36%	4.696	12,66%
Bônus diretoria	280	0,74%	311	0,79%	280	0,80%	311	0,84%
Participação nos lucros Adm	427	1,13%	336	0,86%	427		336	0,91%
Multas indedutíveis	-	0,00%	2	0,01%	-	0,00%	2	0,01%
Outros	5.208	13,81%	2.290	5,83%	5.208	14,91%	2.290	6,17%
	19.663		7.635		19.663		7.635	
Exclusões permanentes								
Exclusão permanente em controlada no exterior	-	-	-	-	(5.412)	(15,49%)	(4.204)	(11,33%)
	-		-		(5.412)		(4.204)	
Deduções permanentes								
Incentivo fiscal	375	0,99%	-	-	375		-	-
Adicional do IRPJ	(24)	(0,06%)	(24)	(0,06%)	(24)	(0,07%)	(24)	(0,06%)
	351		(24)		351		(24)	
IRPJ/CSL diferido no resultado (receita)	19.855	17,90%	10.090	8,74%	11.709	11,40%	3.667	3,36%
IRPJ/CSL corrente no resultado (despesa)	37.878	34,14%	36.785	31,85%	37.824	36,82%	36.838	33,76%
Alíquota Efetiva	57.733	52,04%	46.875	40,59%	49.533	48,21%	40.505	37,12%

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira.

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Partes relacionadas		
Contas a receber	632	-
Mútuos	206.403	176.397
Fornecedores	(125.492)	(123.987)
Exposição líquida	81.543	52.410
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Partes relacionadas		
Contas a receber	120.458	121.100
Fornecedores	(121.053)	(121.477)
Empréstimos	(19.998)	(11.788)
Exposição líquida	(20.593)	(12.165)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

Fatores de risco--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos de perdas com as aplicações financeiras.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com parte relacionada.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as taxas de juros e índices de inflação do 4º trimestre de 2013 fossem iguais aos índices projetados para o próximo ano, disponíveis na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA):

31/12/2013	Aumento / Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	-0,80%	-626	-626

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da companhia.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

Fatores de risco--Continuação

d) Gestão do risco de capital--Continuação

O índice de endividamento da Companhia é o seguinte:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos com terceiros	-	-
Caixa e equivalente de caixa + aplicações financeiras	<u>(7.466)</u>	<u>(6.955)</u>
Dívida líquida (a)	<u>(7.466)</u>	<u>(6.955)</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>532.705</u>	<u>529.417</u>
Índice de endividamento líquido (a[a+b])	<u>(0,01)</u>	<u>(0,01)</u>

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos mantidos com instituições financeiras, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulantes deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4 e 5.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos com terceiros e com partes relacionadas da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:

	Menos de um mês	De um a tres meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	297.226	-	-	297.226
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-
	-	297.226	-	-	297.226
31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	-	362.090	-	362.090
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-
	-	-	362.090	-	362.090

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			Controladora				
			31/12/2013		31/12/2012		
Categoria	Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa		Valor justo por meio de resultado	2	5.465	5.465	3.674	3.674
Títulos e valores mobiliários		Valor justo por meio de resultado	2	2.001	2.001	3.281	3.281
Contas a receber		Empréstimos e recebíveis	2	37.908	37.908	34.728	34.728
Empréstimos		Empréstimos e recebíveis	2	206.403	206.403	175.537	184.447
Passivo							
Empréstimos		Empréstimos e recebíveis	2	295.400	295.400	348.967	348.388
Fornecedores		Empréstimos e recebíveis	2	27.374	27.374	137.170	137.170
			Consolidado				
			31/12/2013		31/12/2012		
Categoria	Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa		Valor justo por meio de resultado	2	6.137	6.137	3.740	3.740
Títulos e valores mobiliários		Valor justo por meio de resultado	2	3.748	3.748	4.497	4.497
Contas a receber		Empréstimos e recebíveis	2	155.463	155.463	154.968	154.968
Passivo							
Empréstimos		Empréstimos e recebíveis	2	315.398	315.398	360.755	360.491
Fornecedores		Empréstimos e recebíveis	2	149.056	149.056	135.342	135.342

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Participação nos lucros

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2013 foi de R\$2.039 (R\$2.363 em 2012).

24. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$1.226.380, com um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.129.250. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$451.700 por sinistro ou agregado anual.

As especificações por modalidade de risco, bem como as respectivas datas de vigência, estão demonstradas a seguir:

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2013	31/10/2014	R\$ 1.226.380	R\$ 1.129.250
Responsabilidade civil	01/11/2013	31/10/2014	n/a	R\$ 451.700

25. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 ("IN 1.397") e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 ("MP 627") que: revoga o Regime Tributário de Transição ("RTT") a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013--Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.